

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO - GTA

Seminário de Diretrizes Estratégicas para segunda fase do PPG7 - 6/12/2001

Doutora Mary Allegretti, Secretaria de Coordenação da Amazônia, representantes dos Doadores, representantes da Comunidades Européia, representantes do banco Mundial, funcionários do projeto, companheiros, companheiras. Em primeiro lugar queremos registrar que lemos atentamente o DOCUMENTO BASE PARA A ESTRUTURAÇÃO DA SEGUNDA FASE, e sobre o qual queremos fazer algumas considerações tendo em vista a apresentação da Dra. Mary Allegretti, no qual gostamos e concordamos na sua essência, mas no nosso entender o discurso não condiz com o que está escrito na proposta.

A Dra. Mary no seu discurso da uma enorme importância a participação da sociedade civil, cita exemplos de como ela se organiza e participa em relação aos rumos das políticas públicas para a Amazônia, mais no documento proposto esta participação da sociedade se vê reduzida a quase nada.

Até no painel de apresentação falou o governo, falou o Banco mundial, falaram os doadores, mais nos não tivemos espaço. Parece aquela velha frase " TUDO PARA O POVO MAIS NADA COM O POVO"

Em relação ao discurso do banco mundial, concordamos que seis linha temáticas podem ser muito, porém gostaríamos de refletir se o aprendizado dos programas e sub programas nos levam a buscar essa nova forma de organização.

Ainda nos referindo ao Banco queremos salientar que somos contra a participação neste programa de grandes empresários e citamos como exemplo a Confederação Nacional da Agricultura, a União Democrática Ruralista e a Confederação Nacional das Industrias, pois estes historicamente tem se oposto aos objetivos do PPG7, já que consideramos que o próprio Plano Plurianual do governo brasileiro da vantagens para que eles se coloquem contra um Programa de Desenvolvimento Sustentado da Amazônia.

No documento proposto, sentimos que a participação da sociedade civil fica muito diluída e ficamos como meros atores coadjuvantes.

Basta para isso ver como fica nossa participação em cada linha temática, para chegar a conclusão que os espaços conseguidos com muita luta, serão nesta proposta anulados, seja na forma de uma OSCIP ou na formação das novas estruturas que o documento propõe. Entendemos que a OSCIP é um meio, um instrumento, e o que deve ser definido é o papel da floresta em pé.

Parece-nos que o documento reflete uma velha forma de pensar que política pública é somente papel de uma parte da sociedade, neste caso do setor público, o governo.

Salientamos que desta forma jamais se conseguirá chegar aos objetivos que o PPG7 se propõe. Hoje temos uma participação que não é paritária, o que faz com que muitas vezes essa participação seja somente para referendar ações que não beneficiam eficazmente a sociedade como um todo, daí que neste período de primeira fase temos um aumento da pobreza na região Amazônica, crescimento nas taxas de desmatamento, o que se traduz em perda de biodiversidade, e como consequência, a não reversão das emissões de gases que provocam o efeito estufa.

Neste sentido, a posição do governo brasileiro é de total concordância com esta realidade, vale aqui então nos perguntarmos se o governo brasileiro realmente concorda com os objetivos do PPG7.

Uma sugestão do documento nos deixa extremamente preocupados, pois coloca toda a responsabilidade do futuro da Amazônia na coordenação do AMA e do Banco Mundial quando registra que *"... coordenação do projeto AMA e em parceria com o Banco Mundial, produzirá um cronograma de elaboração de estudos e realização de seminários para a partir do acúmulo existente chegar a uma visão comum de futuro e da intervenção do PPG7"*. Pensar desta forma e não considerar a diversidade de atores sociais que existem na Amazônia é no mínimo uma grande irresponsabilidade.

Outra conclusão que podemos chegar é que o problema não é a adoção de linhas temáticas ou a manutenção da estrutura programática, a questão é conceitual. O Programa de Proteção da Florestas Tropicais deve ser um programa que

valorize a Floresta e suas populações que sempre defenderam que ela tem valor ambiental, social e econômico. Sendo assim, o problema da Amazônia não é achar que para reverter o quadro de avanço da fronteira agrícola será necessário achar soluções tecnológicas para a agricultura, pecuária ou recuperação de áreas degradadas, ao invés disso o Programa deveria se concentrar em apoiar de todas as formas possíveis os produtos e serviços da floresta, com incentivos, subsídios, créditos ou quaisquer outros instrumentos, seja econômico ou de mercado, e transformar tais instrumentos em políticas públicas. O programa é para quem quer trabalhar a floresta e não para aqueles que acham que a floresta é um problema.

Neste sentido, nem o PDA cumpriu esse papel, nem o projeto RESEX, nem tampouco o Pro-Manejo que trabalha numa escala pequena com instituições estruturadas sem correr muitos riscos.

Assim, em função das colocações anteriores nos permitimos sintetizar nossa posição nas seguintes propostas:

1. Que este Seminário seja o início de uma discussão sobre a segunda fase e de nenhuma maneira seja para encaminhar ou aprovar As propostas contidas no documento apresentado para discussão;
2. Que seja feita uma reestruturação na condução do Programa Piloto;
3. Que exista nesta segunda fase uma maior participação da sociedade civil, e se as circunstâncias de políticas atualmente não permitem uma composição paritária, que no mínimo o GTA participe com três representantes por linha temática.

Maria Araújo de Aquino
Presidente do GTA